



CULTURA MATERIAL, MUSEUS E SOCIEDADE:

PASSADO E PRESENTE NA COLEÇÃO DE ARQUEOLOGIA URBANA DO MUSEU DA UFPA EM BELÉM-PA

Luciana Cristina de Oliveira Azulai*

***Universidade Federal do Pará- UFPA**

Resumo: o presente artigo pretende abordar alguns pontos a respeito da cultura material, correspondendo à relação entre objetos e sociedade, assim como sobre coleções e museus visando sua relevância social. O foco principal é o estudo que tem sido desenvolvido sobre o Museu da Universidade Federal do Pará- MUFPA e uma coleção de arqueologia urbana que se encontra sob a guarda desta instituição. Deste modo, o trabalho busca trazer contribuições acerca da importância do tema dos museus universitários e suas coleções.

Palavras-chave: Cultura material; Museu da UFPA; Coleção; Arqueologia.

Abstract: the present paper intends to address some points regarding material culture, corresponding to the relation between objects and society, as well as about collections and museums and aiming at their social relevance. The main focus is the study that has been developed on the Federal University of Pará Museum - MUFPA and a collection of urban archeology that is on the guard of this institution. That way, the work seeks to bring contributions about the importance of the theme of university museums and their collections.

Key-words: Material culture; UFPA Museum; Collection; Archeology.



3º sebra mus

Introdução

Podemos começar este trabalho fazendo a seguinte pergunta: o que são os objetos materiais em nossas vidas? Talvez o significado deles para nós esteja muito além do seu sentido concreto, mas de certa forma, eles nos remetem as nossas memórias e lembranças de momentos que vivemos no passado. Estes objetos podem constituir os segmentos mais profundos de nossas memórias, desde os acontecimentos mais felizes a aqueles, que por vezes, queremos esquecer. Uma peça de roupa, uma fotografia de família, um par de sapatos, uma carta ou até velhos chinelos podem ser objetos significativos para nós, pois atribuímos a eles algum valor, seja material, funcional, monetário ou mesmo um valor agregado aos sentimentos, emoções, lugares e coisas que nos fazem lembrar pessoas amadas.

Esses objetos são materiais, físicos e efêmeros como nós. A memória é o que resta quando a materialidade deixa de existir. Não existe máquina do tempo, porém é possível “viajar” para o passado através desses objetos que nos tocam pela afetividade e ao mesmo tempo nos formam no presente enquanto seres sociais. Diante disso, chama-se a atenção para a importância da cultura material na vida das sociedades, assim como para a constituição das coleções e do papel social dos museus.

Este trabalho é uma parte do desenvolvimento de pesquisa do mestrado no Programa de pós-graduação em Antropologia- PPGA/UFPA oriundo do projeto intitulado “Arqueologia Urbana: uma relação do passado com o presente no acervo arqueológico do Museu da UFPA”. O estudo tem se concentrado no espaço do Museu da Universidade Federal do Pará- MUFPA e a coleção arqueológica que está sob a guarda desta instituição. O objetivo deste artigo é apresentar alguns aspectos da referida pesquisa até o presente momento do trabalho dissertativo, focando primeiramente em abordagens a respeito da cultura material, objetos e sociedade, bem como sobre coleções e museus universitários.



Cultura material: os objetos materiais e as pessoas

Falar no tema da cultura material é extenso e complexo, considerando a diversidade que seus estudos abrangem em diferentes instâncias. No entanto, nas definições mais genéricas que existem, a cultura material é tudo aquilo que é formado pela materialidade, isto é, composta de objetos e coisas materiais presentes no mundo. A expressão cultura material refere-se a todo segmento do universo físico socialmente apropriado (MENESES, 1998). Porém, não estamos aqui pretendendo tratar de definições prontas e nem gerais da cultura material, e sim quais relações seus estudos podem fazer refletir, como o caso da relação dos objetos materiais e as pessoas.

Um vasto conjunto de objetos materiais como casas, mobílias, roupas, ornamentos corporais, joias, armas, instrumentos de trabalho, diversas espécies de alimentos e bebidas, meios de transporte e de comunicação, objetos sagrados, imagens de divindades, objetos cerimoniais, objetos de arte, monumentos, toda uma gama circulam significativamente em nossa vida social através das categorias culturais ou de sistemas classificatórios nos quais estamos inseridos, separando, dividindo e hierarquizando (GONÇALVES, 2007).

Os objetos materiais, de certo modo, constituem nossa subjetividade individual e coletiva, segundo o antropólogo Roy Wagner:

Existe uma moralidade das “coisas”, dos objetos em seus significados e usos convencionais. Mesmo ferramentas não são tanto instrumentos utilitários “funcionais” quanto uma espécie de propriedade humana ou cultural comum, relíquias que constroem seus usuários ao aprenderem a usá-los. Podemos mesmo sugerir [...] que esses instrumentos “usam” os seres humanos, que brinquedos “brincam” com as crianças, e que armas nos estimulam à luta. [...] Assim, em nossa vida com esses brinquedos, ferramentas, instrumentos e relíquias, desejando-os, colecionando-os, nós introduzimos em nossas personalidades todo o conjunto de valores, atitudes e sentimentos – na verdade a criatividade – daqueles que os inventaram, os usaram, os conhecem e os desejam e os deram a nós. Ao aprendermos a usar esses instrumentos nós estamos secretamente aprendendo a nos usar; enquanto controles, esses



3º sebra mus

instrumentos mediam essa relação, eles objetificam nossas habilidades (WAGNER, 1981, p.76-77, apud GONÇALVES, 2007, p.26-27).

A citação acima aponta para a função simbólica dos objetos materiais no que diz respeito aos processos da vida individual e coletiva dos seres humanos. Segundo José Reginaldo Santos Gonçalves (2007) a ideia é que sem os objetos não existiríamos, pelo menos enquanto pessoas socialmente constituídas, além disso, os objetos materiais sejam considerados nos diferentes contextos sociais, simbólicos e rituais da vida cotidiana de qualquer sociedade, sejam eles retirados de tal circulação cotidiana e deslocados para os âmbitos institucionais, como os museus, integrando-os em suas coleções. O interessante é notar que os objetos não apenas dizem respeito às funções identitárias, revelando de forma simbólica nossas identidades individuais e sociais, mas também organizando na medida em que os objetos são “categorias materializadas”, a percepção que temos de nós mesmos individual e coletivamente.

Repensando a própria noção de objetos no mundo contemporâneo e suas relações com as sociedades, existem diversos pesquisadores que tem trilhado neste caminho, pensando a cultura material de diferentes formas em seus trabalhos. Podemos citar o antropólogo e arqueólogo inglês Daniel Miller (2005), o qual afirma que “as coisas” fazem as pessoas e as coisas também tem uma vida social. Miller faz uma abordagem interessante no que diz respeito aos estudos de cultura material, ou melhor, dizendo sobre “a teoria das coisas”, através de uma perspectiva sobre a “agência” das coisas que se refere aos efeitos dos objetos sobre as pessoas, e a ideia da “humildade das coisas” que não são percebidas por nós, na verdade são invisibilizadas, mas detentoras de uma força que age sobre nós o tempo todo.

A partir de um trabalho¹ baseado em etnografias e através de um olhar antropológico, Miller mostra uma série de exemplos de diferentes lugares e Culturas distintas sobre essa teoria,

¹ MILLER, D. Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a Cultura Material. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.



3º sebra mus

passando por temáticas como a indumentária, no qual afirma que “as roupas não são superficiais, elas são o que faz de nós o que pensamos ser” (2005, p.22). Miller traz outros exemplos como a questão das casas que enquanto moradias são dotadas de poder, pois as casas tem uma potência muito forte na medida em que evocam memórias, desejos e sonhos nas pessoas, nas palavras de Miller, as casas são o “elefante dos trecos, imensas bestas pesadas, excessivamente difíceis de controlar” (2005, p. 121). O autor também mostra questões de vida ou morte, abordando como as coisas estão intimamente relacionadas com o nascimento e a morte e os efeitos que causam nas pessoas. Em todo o seu trabalho Miller nos deixa a mensagem que as coisas têm “um *mana*” e são cheias de subjetividades que nos tocam de diferentes formas.

É válido ressaltar que o potencial das abordagens teóricas da materialidade e dos “trecos” não se esgota em uma mesma linha de pensamento, pois há outros pensamentos acerca da cultura material, nos quais estes se diferenciam um pouco de Daniel Miller. Sobre isto, o próprio Miller pontua trabalhos como o de Bruno Latour que acredita em uma teoria dialética suscitada apenas na oposição entre sujeitos e objetos, e Alfred Gell que assim como Latour, buscou uma forma de transcender a oposição entre coisas e pessoas dizendo que os objetos tem “agência”, embora a utilize para abordar a arte. Há outros que exercem influências nas várias versões da fenomenologia da cultura material, como por exemplo, os antropólogos Tim Ingold e Christopher Tilley, que propiciam outras formas mais amplas de ir além do dualismo natural entre pessoas e coisas, direcionando os olhares para substâncias como pedra, madeira e outros elementos “naturais” ao invés de pensar somente nos objetos como artefatos ou coisas. Mas apesar das diferenças todas as abordagens têm em comum a vontade de dar mais atenção e respeito à materialidade e a cultura material (MILLER, 2005).

No entanto, é necessário dizer que as sociedades ocidentais em especial, têm uma visão delimitada sobre os objetos, acreditando que há uma separação entre o mundo das pessoas e o mundo dos objetos, onde os últimos apesar de “servirem” aos primeiros não se misturam e nem



3º sebra mus

podem ser comparados, são vistos como inferiores. Por outro lado, nessa hierarquia entre pessoas, objetos e coisas, há um forte vínculo que por vezes não é percebido. Sobre isto Igor Kopytoff (2008) argumenta que a predisposição do mundo ocidental em separar conceitualmente as pessoas das coisas, advém da maneira de ver as pessoas como territórios naturais da individuação (ou singularização) e as coisas como territórios naturais da mercantilização, referindo-se a questão de que as pessoas não são vendidas e nem compradas, pois não são objetos ou coisas e somente objetos podem ser comercializados. Porém, como Kopytoff destaca a própria prática da escravidão desmitifica essa ideia de separação, no momento em que pessoas passaram a ser trocadas e comercializadas como mercadorias, transformando-se em objetos de fato.

Diferentemente da visão ocidental, podemos dizer que há sociedades como as indígenas amazônicas, por exemplo, que possuem um olhar mais aberto sobre a materialidade dos objetos ao agrupá-los do lado da produção cultural, presente nas ontologias e em suas visões de mundo, nas quais os objetos são considerados como subjetividades que possuem uma vida social, e que as esferas dentro das relações humanas podem incluir as plantas, os animais e também os seres espirituais, convivendo e em constante interação uns com os outros (SANTOS-GRANERO, 2012).

Trazendo um exemplo sobre objetos e a relação com as pessoas, podemos citar o trabalho² de Peter Stalybrass (2008) sobre “a vida social das coisas: roupas, memória, dor”, que nos mostra de uma forma comovente e profunda como as roupas nos constroem, baseando-se na própria história e em vários exemplos que mostra ao longo de seu texto. Stalybrass afirma que a roupa é um tipo de memória, e quando a pessoa está ausente ou morre, a roupa absorve sua presença ausente, é o que acontece com o próprio autor com a jaqueta que “herdou” depois

² Capítulo I do livro “O Casaco de Marx; roupas, memória e dor” de Peter Stalybrass (versão traduzida e publicada, 2008).

da morte de seu amigo Alon White. Dessa forma, conforme Stalybrass dos objetos que mais evocam os sentimentos de lembrança e também de dor e solidão, as roupas são um dos mais profundos, pois a roupa é o que veste, molda, forma, constitui uma pessoa, deixando marcas, traços, e o cheiro daquela pessoa que a vestia. Por isso roupas não são apenas roupas, elas “têm uma vida própria: elas são presenças materiais e, ao mesmo tempo, servem de código para outras presenças materiais e imateriais” (STALYBRASS, 2008, p.29-30).

Outro exemplo interessante é o trabalho de Lúcia Van Velthem³ (2007), no qual a autora foca em aspectos da estreita relação das pessoas de comunidades rurais com a constituição e percepção dos objetos da casa de farinha no estado do Acre. A autora irá mostrar que os objetos constituem famílias, relações entre si e com os seus donos, nas quais trabalham juntos no processamento de mandioca no espaço da casa de farinha. Estes objetos são mais do que utilitários, pois são humanizados na medida em que recebem nomes, são classificados, possuem laços de parentesco, possuem distinções de gênero e são hierarquizados. Para Van Velthem tanto os objetos quanto a própria casa de farinha constituem um conjunto “dotado de valores que ultrapassam os valores de uso” (2007, p.607), fazendo parte da vida cotidiana das pessoas estabelecendo um vínculo social com as mesmas, além de exercerem o domínio dos procedimentos que transformam a mandioca em farinha, e sem a agência deles nada seria feito.

Diante do que foi mencionado até aqui, a grande questão a ser chamada a atenção é que os objetos, as coisas enquanto fenômenos que vão além do sentido material estão sempre nos construindo, vão moldando e interagindo com as pessoas em tempos e espaços distintos, isto é, acompanham o processo de vida coletiva dos seres humanos. Como discorre Miller:

³ VAN VELTHEM, L. H. Farinha, casas de farinha e objetos familiares em Cruzeiro do Sul (Acre). Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 50 (2), p.605-631, 2007.



3º sebra mus

[...] coisas, veja bem, não coisas individuais, mas todo o sistema de coisas, com sua ordem interna, fazem de nós as pessoas que somos. Elas são exemplares em sua humildade, sem nunca chamar atenção para o quanto devemos a elas. Apenas seguem adiante em sua empreitada. Porém, a lição da cultura material é que, quanto mais deixamos de notá-la, mais poderosa e determinante ela se mostra. Isso propicia uma teoria da cultura material que dá aos trechos muito mais significado do que se podia esperar. Acima de tudo, a cultura vem dos trechos (MILLER, 2005, p.83).

Assim, se a cultura vem dos “trechos”, a importância dos objetos na vida das pessoas gira em torno dessa invisibilidade das coisas que as constroem, mas que encontram-se no cenário que constitui a vida humana. A partir disso, podemos pensar nos objetos do passado, os objetos arqueológicos, por exemplo, artefatos estes que contam e remontam memórias, marcam fatos e acontecimentos, bem como são registros das próprias pessoas a quem pertenceram. Sobre isto, iremos focar a seguir nas coleções arqueológicas e sua relevância em instituições como os museus.

Coleções arqueológicas e Museus

Os museus como espaço que abrigam e exibem as coleções de diversas categorias e classificações, embora de início ainda não possuíssem um objetivo estritamente científico e educacional, enquanto instituições culturais têm acompanhado os últimos séculos de história da civilização ocidental, sendo encarregado de funções e significados diversos ao longo desse tempo e em diferentes contextos socioculturais. Essa instituição tem traduzido ou representado uma diversidade de concepções que abrangem a ordem presente no mundo ocidental, no qual tem ocorrido desde os “gabinetes de curiosidades” às coleções privadas da burguesia Renascentista, passando pelos “museus de história natural” e pelos “museus nacionais” do século XIX e início do século XX, até os museus do final do século XX e início do século XXI (GONÇALVES, 2007; JULIÃO, 2006; SCHWARCZ, 1993).

No Brasil, os primeiros museus⁴ criados a partir do século XIX, entraram no século XX “com coleções arqueológicas provenientes de coletas assistemáticas, como locais de ensino e produção científica, como depósitos de objetos ordenados, atuando por meio de uma perspectiva enciclopédica, evolucionista e classificatória” (BRUNO, 2005, p.243). Destaca-se que as coleções arqueológicas no país passaram por longos confrontos desde a institucionalização da Arqueologia dentro dos museus e centros de pesquisa científica no final do século XIX, no qual traduzem várias formas de identificação e ao mesmo tempo de rejeição das raízes indígenas por parte da sociedade nacional que nem sempre reconhece um passado pré-histórico ou pré-colonial (BARRETO, 2000).

Uma gama de objetos materiais tem sido deslocada ao longo de sua existência para os espaços de coleções privadas ou públicas e para os museus, constituindo uma diversidade de coleções. No que tange as coleções arqueológicas, os objetos provindos de diferentes épocas e sociedades, pressupõem de forma evidente a sua circulação anterior e posterior em outras esferas, ou seja, “antes de chegarem à condição de objetos de coleção ou de objetos de museu, foram objetos de uso cotidiano, foram mercadorias, dádivas ou objetos sagrados” (GONÇALVES, 2007, p.24). Pois, na realidade conforme sugere Kopytoff (2008), cada objeto material possui uma “biografia” assim como as pessoas, seja ela cultural, social ou econômica. Podemos entender então, que:

Esse processo de deslocamento dos objetos materiais do cotidiano para o espaço de museus e patrimônios pressupõe uma categoria fundamental: o colecionamento. Na verdade, toda e qualquer coletividade humana dedica-se a alguma atividade de colecionamento, embora nem todas o façam com os mesmos propósitos e segundo os mesmos valores presentes nas modernas

⁴ Em especial os etnográficos como o Museu Nacional ou Museu Real (1808), o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866), o Museu Paranaense (1876), e o Museu Paulista (1894) estiveram vinculados aos parâmetros biológicos de investigação e aos modelos evolucionistas de análise, desempenharam nessa época um papel de hierarquia e inferioridades das raças. Nas coleções arqueológicas e etnográficas, os objetos coletados eram vistos como mostras exóticas das sociedades das quais estes pertenciam (SCHWARCZ, 1993).



3º sebra mus

sociedades ocidentais. Quem coleciona o quê, onde, segundo quais valores e com quais objetivos? Basicamente, toda e qualquer “coleção” pressupõe situações sociais, relações sociais de produção, circulação e consumo de objetos, assim como diversos sistemas de ideias e valores e sistemas de classificação que as norteiam [...] (GONÇALVES, 2007, p.24).

Dessa forma, pensar que cada objeto possui uma trajetória, uma vida social antes de chegar às coleções de museus, sendo estes reclassificados e resignificados, inclui pensar também os objetos arqueológicos, enquanto vestígios que foram deixados para trás pelas sociedades passadas, no qual marcam suas histórias e seus traços constituidores. Pois, o estudo do conjunto de objetos vistos como evidências das antigas sociedades, em meio à paisagem, e os sítios arqueológicos, “possibilita compreender como eles viviam, que tipo de alimentos preferiam e as formas que sepultavam os mortos, entre muitas outras atividades” (PARELLADA, 2009, p. 5). Podemos pensar mais além nas ideias biográficas dos objetos, os objetos não contam apenas histórias ou remetem memórias, eles possuem também suas próprias histórias.

Diante disso, pensar nos estudos de cultura material e nas coleções, é perceber que estudar os objetos e museus implica:

[...] também estudar essa relação dos homens com os artefatos, que, no passado está muito ligada ao fenômeno do colecionismo, mas que nos dias da contemporaneidade, tem os museus como espaço privilegiado desta relação. Sem o entendimento que o colecionismo representa uma etapa no desenvolvimento da relação homens-artefatos, ficaria vedada a possibilidade de observação do sentido amplo que implica a visualização de uma obra, notada a partir do viés de valorização do que a observação direta desta tem a oferecer no concernente à apreensão de suas características e sequente atribuição de seu valor de época (SILVA, 2008, p.37-38).

A partir dessa breve abordagem, é necessário salientar que o entendimento sobre museus e coleções na realidade é bastante amplo, considerando seu próprio histórico, bem como as

políticas patrimoniais que giram entorno deste assunto. Mas o enfoque principal aqui é atentar para a importância deste tema, para as sociedades do passado assim como as sociedades do presente, visto que o museu enquanto lugar de memória, de guarda, preservação, conservação, pesquisa e comunicação, atua no pensar das representações dos objetos que compõe suas coleções e como estes irão passar o conhecimento para o público seja através de seus acervos, seja nas reflexões por meio das exposições e ações educativas.

Museus universitários e coleções

Os museus universitários se configuram como instituições de importante significância para a produção de conhecimento dentro e fora do meio acadêmico. Segundo Fernando Bragança Gil (2005) à autonomia de que usufruem as Universidades, o planejamento dos museus universitários não deve ser da iniciativa de qualquer Ministério, mas de cada Universidade interessada na criação de uma instituição museológica no seu seio, desde que haja disponibilidade de condições para fazê-lo.

Desde o século XVII já havia a existência de coleções ligadas ao ensino e investigação em determinados domínios, principalmente em História Natural e Medicina. Estas coleções começaram a ser formadas por exemplares com o objetivo de auxiliar no ensino e aprendizagem não constituindo propriamente museus, embora viessem a ser, pelo menos em parte, integradas nestas instituições geralmente com caráter universitário. Outra origem das coleções dos museus universitários situa-se nas “coleções de curiosidades” que começaram a se constituir a partir do Renascimento, cuja primeira iniciativa parece ter sido tomada em Florença pelos Médicis. Entretanto, é geralmente admitido que o primeiro museu universitário foi o Ashmolean Museum, também considerado por alguns autores, como o primeiro museu moderno, tendo aberto as suas portas ao público em 1683. Este museu foi criado a partir da coleção doada à Universidade de Oxford pelo grande colecionador Elias Ashmolean (GIL, 2005).

Os museus universitários, propriamente ditos, têm características específicas que faz com que atravessem transversalmente a tipologia museológica. É essa especificidade que provém da integração dos museus nas universidades e da participação ativa daqueles nas atividades culturais (incluindo as científicas). Para além das outras missões atribuídas a um museu universitário este deverá constituir uma “janela” através da qual, a Universidade se abre à comunidade onde se insere (GIL, 2005).

No entanto, conforme o pensamento de Ulpiano Meneses (2000) sobre o caso brasileiro, pode-se indagar se os museus universitários têm conseguido articular as funções de conhecimento às demais. Para o autor a resposta é negativa, infelizmente. Na verdade, várias universidades assumiram museus nos últimos anos (Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Goiás, Bahia, etc), mas se pode antes falar de museus *na* Universidade do que de museus *da* Universidade. Sobre isto o autor discorre que:

O museu *da* Universidade, isto é, o museu universitário propriamente dito, teria de integrar solidariamente as funções científico-documentais, educacionais e culturais da Universidade com a marca da ação museal – e não apenas existir como museu que se vincula administrativamente à Universidade. Em outras palavras, é o ideal de curadoria dos museus americanos do século passado – ideal de integrar solidariamente propósitos científicos, de educação popular e profissional e de referência cultural – que está fazendo falta. Não basta um museu *para* a Universidade, como tem sido frequente; é preciso um museu que atinja toda a sociedade *pela* Universidade. Este potencial ímpar, por exemplo, de socializar imediata e eficazmente o conhecimento produzido, não tem sido percebido pelos formuladores de políticas de extensão universitária – na maioria concebidas como tarefas extra desenvolvidas sem qualquer marca profunda do que seria a especificidade universitária. Como deveria ocorrer com uma orquestra universitária, um hospital universitário ou uma farmácia universitária, um museu universitário não poderia ser apenas mais um (bom) museu, mas deveria ser totalmente universitário, sendo totalmente museu (MENESES, 2000, p. 33) [Grifo da autora].



3º sebra mus

O caráter da especificidade dos museus universitários e de suas coleções – considerando diversas áreas do conhecimento – está relacionado também à gestão e funcionamento coerente de acordo com a missão e necessidades no âmbito das universidades. Emanuela Sousa Ribeiro (2013) analisa a gestão dos museus e acervos universitários, situados na interface entre a gestão das instituições de ensino superior públicas, o campo científico/acadêmico apontando para a complexa tarefa da gestão de museus, no qual acentua criticamente os problemas relacionados à falta de atenção dada à importância dos museus universitários no contexto da pesquisa, ensino e extensão.

Sobre o nosso país, estamos falando de universidades jovens, pois a institucionalização do patrimônio universitário ainda é recente. A maioria das universidades foi criada no século XX, sem uma experiência acumulada com a gestão dos museus e coleções universitários, os quais têm sido criados a serviço da pesquisa (especialmente no caso das ciências da terra e de algumas áreas que necessitam do espécime como os herbários, ou as coleções zoológicas, entre outras) ou, o que é mais comum, são produto de ações individuais de pesquisadores, ou grupos de pesquisadores, que têm particular interesse para a preservação de algum acervo (RIBEIRO, 2013).

A realidade brasileira da situação dos museus universitários se reflete até mesmo na disputa por condições mínimas de infraestrutura material, assim como a alocação de espaço físico, a distribuição de verbas de manutenção, a reposição de funcionários e os recursos para publicação (GIL, 2005; RIBEIRO, 2013). Evidentemente há a falta de profissionais especializados na área museológica para atuar nos museus universitários. Poderíamos estender essa realidade para a grande maioria dos museus universitários brasileiros, pois, de maneira ampla, podemos afirmar que nas universidades brasileiras a função pesquisa está dissociada dos museus, e vice-versa. Enfatiza-se assim, a importância de correlacionar a gestão dos museus com o funcionamento do campo científico, pois, são as dinâmicas internas deste campo que atribuem o lugar dos museus nas universidades (RIBEIRO, 2013).



3º sebra mus

No caso deste trabalho, dentro do que já foi referido sobre a cultura material e a importância dos objetos na vida das sociedades, o foco principal é a pesquisa sobre uma coleção arqueológica em um museu universitário, no qual a mesma se encontra salvaguardada, o Museu da Universidade Federal do Pará- MUFPA.

O Museu da UFPA e a Coleção de Arqueologia Urbana

Conforme mencionado na introdução deste trabalho, o projeto de pesquisa “Arqueologia Urbana: uma relação do passado e do presente no acervo arqueológico do Museu da UFPA” partiu do estudo dos objetos arqueológicos encontrados no centro urbano da cidade de Belém, no Museu da Universidade Federal do Pará- MUFPA, sendo que o mesmo não se encontra situado no campus da Universidade e sim no bairro de Nazaré, entre as Avenidas Governador José Malcher e Generalíssimo Deodoro. De início a pesquisa tomou como foco a coleção de arqueologia urbana, mas com o desenvolvimento da mesma o Museu passou a ganhar mais atenção como veremos mais adiante.

O Museu da UFPA está instalado no Palacete Augusto Montenegro, um casarão Histórico construído no início do século XX, mais precisamente em 1904, para servir de moradia para o ex-governador do Estado Augusto Montenegro (1901- 1909) e sua família. O prédio foi projetado pelo arquiteto italiano Filinto Santoro que incorporou ao mesmo o estilo arquitetônico renascentista italiano (BRITTO & ABREU DA SILVEIRA, 2011).

O Palacete Montenegro, como também é chamado, foi construído em alvenaria e ferro de estilo eclético possuindo uma bela arquitetura que corresponde há uma época de riqueza e ostentação da *Belle Époque* paraense no período áureo da extração da borracha na região amazônica (entre 1870-1912). No início dos anos 60 o palacete serviu de residência para algumas famílias de nomes tradicionais na cidade de Belém tais como: Cardoso, Faciola e Chamié. Nos anos de 1948-50, a família que ocupava o prédio na época comprou seis residências que eram localizadas na Avenida Generalíssimo Deodoro, e as demoliu para

construir um jardim de estilo neoclássico (BRITTO & ABREU DA SILVEIRA, 2011; SOUZA, 2010).

No ano de 1965, sob a gestão do Reitor José Rodrigues da Silveira Netto, a Universidade Federal do Pará compra o palacete Augusto Montenegro e instala no prédio a sua reitoria. Em 1983, com a construção do Campus Universitário no bairro do Guamá, a sede da reitoria da UFPA muda-se e, neste mesmo ano é criado o Museu da UFPA – MUFPA instalado no palacete Augusto Montenegro, oficialmente inaugurado em 1984. Em 2003, o palacete foi tombado como Patrimônio Histórico pelo Governo do Estado do Pará (BRITTO & ABREU DA SILVEIRA, 2011; SOUZA, 2010).

O Museu da UFPA possui um acervo constituído por diversas tipologias como: o acervo de artes visuais, formado por pinturas, desenhos, cartuns, fotografias, esculturas dos séculos IX, XX e XXI, gravuras, adquiridos por meio de doações e permutas; o acervo bibliográfico ou documental, formado pela Coleção Vicente Salles, com ênfase para cultura popular, dança, teatro e presença do negro no Pará, e pela Coleção Marx Martins com seus textos e diários ilustrados; e o acervo fotográfico. No acervo de artes visuais está salvaguardada a coleção de Arqueologia Urbana.

O MUFPA embora esteja vinculado a uma Universidade, usufrui de certa autonomia que lhe dá um caráter diferenciado dos demais existentes no campus universitário⁵, pois como um espaço museológico além de suas funções básicas de salvaguarda, conservação, preservação, documentação, gestão de acervos, pesquisa, exposição e atividades educacionais com o público, é um espaço de promoção social incluindo diversos eventos culturais, como por exemplo, a realização de eventos regionais de arte contemporânea, palestras temáticas, oficinas

⁵ Geralmente se referem a espaços situados dentro de institutos da Universidade dedicados a alguma coleção específica. Em sua maioria são atribuídos como museus, porém muitas vezes não funcionam e não são geridos como tais.

e minicursos. Os eventos citados são geralmente realizados no interior do prédio de forma solene. Na área externa do museu, no jardim, dois eventos foram recentemente incorporados a sua programação cultural, sendo estes, a feira cultural do Museu ou “feirinha do MUFPA” e o projeto de Capoeira no Museu (coordenado pelo museólogo da instituição, Wanderson Amorim).

No campo da Arqueologia urbana, sítios arqueológicos urbanos nas cidades têm sido cada vez mais recorrentes, no qual estes são descobertos em decorrência de obras e intervenções realizadas para construções de empreendimentos, como por exemplo, em obras de metrô, mercados, praças, prédios históricos, entre outros. Durante a execução destas, vestígios arqueológicos são encontrados no subsolo, e estes por sua vez são registros do nosso passado, pois fazem parte da história da formação urbana e marcam as mudanças ocorridas em um território (TELLER & WARNOTTE, 2003; COSTA, 2014).

No caso da coleção de Arqueologia Urbana, sua coleta ocorreu durante as reformas do Museu (2003-2006), no casarão e no jardim da instituição. Nesta pesquisa, o estudo se concentrou no material encontrado no jardim do MUFPA, onde houve “escavações⁶” nessa área, realizadas pelos operários responsáveis pela obra, na qual foram encontrados de forma não intencional, diversas peças fragmentadas e inteiras de objetos arqueológicos como louças decoradas (faianças, faianças finas e semi porcelanas), cerâmicas (vasilhas e jarros), vidros (garrafas, e recipientes), metais (moedas), materiais de construção (fragmentos de piso, azulejos), entre outros. De acordo com a diretora do museu, a professora Jussara Derenji, o primeiro achado no jardim foi uma moeda antiga encontrada por um operário que trabalhava no local da obra, e este pequeno objeto evocou o interesse e curiosidade em “escavar” e

⁶ O termo refere-se a pequenos buracos “escavados” aleatoriamente no local, e não propriamente escavado como em um trabalho de campo arqueológico.



“coletar” os outros vestígios materiais encontrados no jardim, formando então a coleção (comunicação pessoal).

Segundo algumas informações dos funcionários do MUFPA, após a retirada dos objetos da área do jardim, uma equipe técnica do Museu Paraense Emílio Goeldi- MPEG se deslocou ao Museu, para realizar a limpeza, numeração, e armazenamento no acervo. Houve a elaboração de um inventário da coleção pelos professores Fernando T. Marques e Rosangela M. Britto. Este inventário tem sido usado nesta pesquisa como uma importante fonte de estudo, visto a falta de outras informações detalhadas sobre os achados arqueológicos.

Inicialmente a pesquisa partiu da hipótese que os vestígios encontrados possivelmente pertenceram às pessoas que viveram na área onde hoje é o museu, tendo em vista que o local antes de se tornar museu propriamente dito, teve várias ocupações, bem como serviu de moradias de nobres famílias de Belém (Cardoso, Faciola e Chamié) na década de 60, e também havia residências no lote onde hoje é o jardim. Neste sentido, através do estudo desses objetos, o objetivo geral da pesquisa tem sido a investigação baseada na análise da cultura material que compõe a coleção arqueológica, buscando entender sua trajetória até a formação da coleção dentro do Museu. Dessa forma, no processo de pesquisa até o momento tem se procurado conhecer quais as informações que podem ser obtidas através do estudo da coleção e como este pode contribuir para o conhecimento sobre o passado trazendo perspectivas para o Patrimônio Cultural amazônica em um contexto urbano contemporâneo.

Portanto, a justificativa do trabalho está na significativa relevância para o conhecimento da própria história do local onde o Museu está instituído, na medida em que o local já obteve várias ocupações no passado, porém ainda se tem poucas informações a respeito. Assim, entende-se que o estudo da cultura material que compõe a coleção arqueológica do MUFPA poderá possibilitar compreender a história dos grupos sociais que possivelmente viveram na localidade, estabelecendo possíveis diálogos entre as relações existentes nesse espaço e a importância para o Patrimônio Cultural da cidade. O trabalho metodológico tem seguido em

direção ao levantamento histórico do Palacete/Museu; visitas técnicas no Museu da UFPA; observação participante de eventos culturais no Museu e estudo da coleção de Arqueologia urbana a partir do seu inventário, documento no qual constam as informações das análises dos materiais.

A partir do estudo da cultura material que compõe a coleção de Arqueologia urbana do museu, pode-se pensar sobre os objetos e a sociedade, envolvendo a presença desses objetos do dia-a-dia das pessoas a quem pertenceram, refletindo questões de classe, economia e consumo, saúde e lazer, dentre outros aspectos que os objetos podem trazer. Considerando as observações da coleção durante as visitas realizadas no Museu da UFPA até o presente momento, os objetos dessa coleção, apresentam uma imensa diversidade no que corresponde a tempos, estilos e técnicas diferentes, bem como grupos e famílias distintas. Então, mais do que trabalho de análise, a pesquisa tem procurado entender o motivo de tal diversidade, e a trajetória deles em contraponto com a história do local, isto é, do Casarão e do Museu. Por outro lado, com o desenvolvimento da pesquisa também se passou a perceber não só a coleção como foco de estudo, mas sim o próprio museu, na medida em que se passou a observar o espaço como um todo, e não mais de forma fragmentada.

Em suma, a coleção arqueológica, o casarão e o museu formam um conjunto patrimonial de importância para a história da cidade de Belém, o que nos instiga a ideia de compreendê-los enquanto artefatos no seio urbano contemporâneo. A pesquisa ainda não está concluída, mas poderá ser relevante não só para o campo acadêmico, como também para a sociedade e a preservação do patrimônio cultural da cidade.

Considerações Finais

Este artigo pretendeu refletir a respeito da Cultura material, dos objetos e das coleções nos museus. Certamente este assunto é bastante amplo, mas através do estudo específico com o Museu da UFPA e a coleção de arqueologia urbana podemos pensar em diferentes questões

relacionadas à temática. Diante disso, retornando a pergunta realizada na introdução deste trabalho sobre o que são os objetos em nossas vidas, podemos partir para outras como: o que eles querem de nós? O que eles nos evocam? Por que os guardamos e colecionamos? Na realidade, não há respostas gerais para tais perguntas, mas algo certo em se dizer, baseado nas acepções de Daniel Miller (2005), é que os objetos realmente não nos representam e sim nos constituem enquanto seres sociais, e que essa relação não está separada, opondo sujeitos e objetos, mas sim em constante dinamismo e interação. Contudo, a partir dos estudos da cultura material, da coleção de Arqueologia e da importância do Museu da UFPA é possível traçar um olhar para além da materialidade, pensando e refletindo em sua significância não só para a memória e história da cidade ou para o museu/palacete, mas também para proporcionar o conhecimento e a divulgação social, bem como servir para outras pesquisas que possam surgir futuramente.

Referências bibliográficas

BARRETO, C. **A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da Arqueologia no Brasil**. Revista da USP, São Paulo-SP, Editora USP, 2000, p.32-51.

BRITTO, R. M. de; ABREU DA SILVEIRA, F. L. **Paisagens de si e dos outros: Museu da UFPA enquanto paisagens ressignificadas**. In: 20º Encontro Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas ANPAP, 2011, Rio de Janeiro. Anais [2011] do Encontro da Associação de pesquisadores em Artes Plásticas. Rio de Janeiro: UERJ/Instituto de Artes, 2011.

BRUNO, M. C. O. **Arqueologia e Antropofagia: a musealização dos sítios arqueológicos**. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 31. Rio de Janeiro: MinC/SPHAN, 2005, p.234-247.

COSTA, Diogo M. **O Urbano e a Arqueologia: uma fronteira transdisciplinar**. Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica. Volume 8, número 2, julho-dezembro, 2014, p.45- 71.

GIL, Fernando B. Museus Universitários: sua especificidade no âmbito da Museologia. In: **Collecções de ciências físicas e tecnológicas em Museus Universitários: homenagem a Fernando Bragança Gil**, 2005, 33-52.

GONÇALVES, J. R. S. Teorias Antropológicas e Objetos Materiais. In: **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Coleção Memória e Cidadania, editora Garamond Ltda, Rio de Janeiro, 2007, p.13-42.

JULIÃO, L. **Apontamentos sobre a História do Museu**. Caderno de Diretrizes Museológicas, volume 1. Belo Horizonte - BH, 2º edição, 2006, p. 15-28.

KOPYTOFF, I. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: Appadurai, A. (ed.). **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: EDUFF, 2008, p. 89- 121.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público**. Revista Estudos Históricos, v. 21. Rio de Janeiro: editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 89-103.

_____. O Museu e o problema do conhecimento. In: Seminário sobre museus-casas: pesquisa e documentação, v. 4, 2000, Rio de Janeiro, **Anais**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, p.17-39, 2000.

MILLER, D. **Treco, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

PARELLADA, I. C. Museus e Patrimônio Histórico. In: **II Encontro Cidades Novas - a construção de políticas patrimoniais: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País**. Centro Universitário Filadélfia – UniFil. Londrina-PR, 13 a 16 de Outubro, 2009, p.1-16.

RIBEIRO, Emanuela S. **Museus em universidades públicas: entre o campo científico, o ensino, a pesquisa e a extensão**. Revista do Programa de Pós-graduação em Ciência da

Informação da Universidade de Brasília. Museologia & Interdisciplinaridade, vol. II, nº 4, Maio/Junho de 2013.

SANTOS- GRANERO, F. **La Vida Oculta de las Cosas: teorías indígenas de la materialidade y la personalidad**. Quito: Abya-Yala, (Introducción, p.13-51), 2012.

SCHWARCZ, L. M. Os Museus Etnográficos Brasileiros “Polvo é povo, molusco também é gente”. In: **O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil- 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, cap.3, p.67-98.

SILVA, A. S. N. F. da. **Musealização da Arqueologia: diagnóstico do Patrimônio Arqueológico em Museus Potiguares**. Dissertação de Mestrado- Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, programa de pós-graduação em Arqueologia, São Paulo, 2008, 178 p.

SOUZA, P. **Palacete Augusto Montenegro: a casa dos homens de ontem, para os homens de hoje e de amanhã**. Artigo publicado em versão HTML no site do Museu da Universidade Federal do Pará, 2010. Disponível em: <https://mufpa.wordpress.com/historico/>. Acesso em: jan. 2016.

STALLYBRAS, P. A vida social das coisas: roupas, memórias, dor. In: Stallybrass, P. – **O Cosaco de Marx: roupas, memória e dor**. Tradução de Tomaz Tadeu. – 3 Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, cap. 1, p. 7- 50.

TELLER, J.; WARNOTTE, A. **A valorização dos vestígios arqueológicos num contexto urbano**. Appear Position Paper (1) – November. Tradução por António de Borja Araújo, engenheiro civil, I. S. T, 2003, p.1-6.

VAN VELTHEM, L. H. **Farinha, casas de farinha e objetos familiares em Cruzeiro do Sul (Acre)**. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 50 (2), 2007, p.605-631.